



Brasília, 13 de março de 2024.

Cara Deputada,

Nós, organizações e movimentos da sociedade civil abaixo-assinados, atuantes no campo da defesa dos direitos de mulheres e meninas há décadas, **agradecemos a abertura ao diálogo**. Escrevemos a presente nota com o objetivo de sensibilizá-la sobre o cenário que muito nos preocupa: a realidade alarmante de **crianças e adolescentes grávidas e violentadas sexualmente** no país e, ao mesmo tempo, a **ameaça às políticas públicas de saúde e acolhimento a essa população**.

De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023, o ano de 2022 registrou o maior número de estupros da história, com aproximadamente 75 mil casos<sup>1</sup>. Crianças com menos de 14 anos são as principais vítimas. Elas representam 61,4% do total: foram 40.659 vítimas apenas no último ano<sup>2</sup>. Não à toa, os **números de gestações de crianças, ou seja, resultante de estupro, também são assustadores**: somente no ano de 2022, foram registrados 14.265 nascidos vivos de meninas com menos de 14 anos<sup>3</sup>. Em 2021, esse número foi ainda maior: 17.457 nascidos vivos<sup>4</sup>.

Vale destacar que meninas exatamente dessa idade, com 14 anos ou menos, são consideradas incapazes de consentir pela lei brasileira, o que torna qualquer ato sexual em que estejam envolvidas estupro de vulnerável, segundo o Código Penal. Dessa forma, por lei, teriam direito ao acolhimento por equipe multiprofissional no Sistema Único de Saúde, que inclui a profilaxia emergencial da gestação, serviços de prevenção e tratamento de ISTs, assim como o direito ao aborto legal, caso já esteja grávida.

Entretanto, o que observamos é uma notável falta de informação sobre esses direitos e, ao mesmo tempo, uma série de tentativas de punir e responsabilizar as próprias vítimas, assim como impedi-las de acessarem os serviços que lhe

---

<sup>1</sup> BUENO, Samira; BOHNENBERGER, Marina; MARTINS, Juliana; SOBRAL, Isabela. A explosão da violência sexual no Brasil. In: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, p. 154-161, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 8.10.2023.

<sup>2</sup> TEMER, Luciana. Violência sexual infantil: aumentaram os casos ou as denúncias. In: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, p. 204-213, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 9.10.2023.

<sup>3</sup> Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC) - 2023.

<sup>4</sup> Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC) – 2023.



são garantidos por direito. Observamos também, com apreensão, **a investida de parte de parlamentares do Congresso Nacional para criminalizar integralmente o aborto legal** (como no caso do Estatuto do Nascituro), obrigando crianças a serem mães.

Sabemos que o estigma social sobre o tema é grande, entretanto a opinião pública sobre aborto no Brasil nos últimos 5 anos não tem sido tão reativa quanto se imagina. **Mais da metade da população brasileira é contrária à prisão de mulheres por aborto no Brasil**<sup>5</sup>. O que demonstra uma posição mais empática às necessidades de saúde desse grupo.

**Reconhecendo a relevância do seu mandato, engajado na proteção desses direitos, esperamos construir pontes dentro do parlamento que defendam a igualdade de gênero e o direito à saúde.** Esperamos que nosso diálogo se mantenha para além desta oportunidade. Contamos com seu compromisso em preservar e defender a infância de meninas brasileiras e nos colocamos à disposição para trabalhar em conjunto.

#### **Organizações que assinam a carta:**

AMNB - Articulação de Mulheres Negras Brasileiras

AMB - Articulação de Mulheres Brasileiras

Anis - Instituto de Bioética

Campanha Nem Presa Nem Morta

Associação Portal Catarinas

Católicas pelo Direito de Decidir

Centro Feminista de Estudos e Assessoria - CFEMEA

Cepia

Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde

Coletivo Margarida Alves

Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher - Cladem

Criola

Cunhã - Coletivo Feminista

Evangélicas pela Igualdade de Gênero - EIG

---

<sup>5</sup> CFEMEA, SPW, CESOP. Opinião pública sobre prisão de mulheres por aborto no Brasil: Resultados de pesquisas realizadas entre 2018 e 2023 (Sumário Executivo). CFEMEA, 2023. Disponível em: <https://www.cfemea.org.br/index.php/pt/component/edocman/direitos-sexuais-e-reprodutivos/opinio-publica-sobre-prisao-de-mulheres-por-aborto-no-brasil-resultados-de-pesquisas-realizadas-entre-2018-e-2023-sumario-executivo> . Acesso em 23 de fevereiro de 2024.



Frente Nacional contra a Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto

Frente Parlamentar Feminista e Antirracista com Participação Popular

Grupo Curumim

MALUNGA - Grupo de Mulheres Negras Malunga

Rede Feminista de Saúde Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos

Redeh - Rede de Desenvolvimento Humano

RENFA - Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas

SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia